



## Rating da República

**PEDRO SANTANA LOPES**

# Impasses que saem muito caros a Portugal e a todos

Numa fase da nossa história em que tanto se fala de Reforma do Estado e em que tantas outras mudanças são introduzidas, não faz qualquer sentido que a magna reforma da nossa magna Lei fique, mais uma vez, adiada

**1.** Alguém é capaz de avaliar quanto custam ao País estes impasses gerados pelo nosso sistema de governo? Por exemplo, quando o Tribunal Constitucional chumbou o ano passado as medidas do Governo sobre os salários e os subsídios na Função Pública, quanto custou essa decisão à economia portuguesa?

Como se sabe, o Governo, e a maioria que o apoia, foram obrigados a seguir outra via que implicou um considerável aumento da carga fiscal sobre a generalidade dos cidadãos. Para lá de o Estado não ter contraído a sua despesa, os efeitos, por exemplo, sobre as disponibilidades de milhões de pessoas foram ainda mais afetadas com óbvios reflexos – entre outros – no consumo e na poupança. A economia foi certamente “mais abaixo” do que iria.

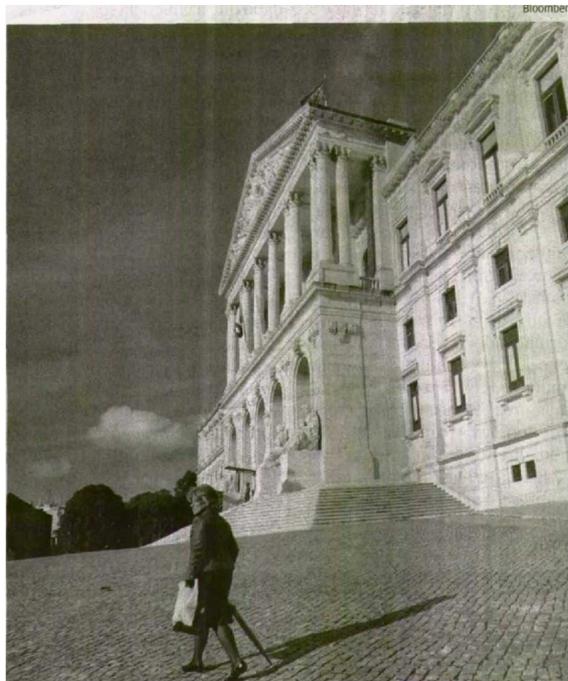
E em quanto devemos avaliar os avanços e recuos nas medidas a que nos comprometemos perante aqueles que aceitaram financiá-los? Se há algo importante, especialmente nesta fase que antecede a saída da troika, é, naturalmente, o nível dos juros da nossa dívida. Ora, estes contratempos na frente interna não ajudam mesmo nada quanto à perceção que os mercados têm sobre evolução das nossas contas públicas e da economia em geral. E, repete-se, para esta fase próxima ser bem sucedida é muito importante que os nossos juros se aproximem, por exemplo, dos de Espanha, de Itália e da Irlanda.

Ora, todos estes percalços na execução do programa a que nos comprometemos por contrato assinado com os nossos financiadores em nada ajuda na avaliação que externamente é feita sobre a economia nacional e a possibilidade de êxito no programa de ajustamento da economia portuguesa.

Quanto custa tudo isto?

**2.** A generalidade dos Portugueses não terá ideia de que a esmagadora maioria das democracias não têm fiscalização preventiva da constitucionalidade de projetos de diplomas legislativos.

Trata-se de uma particularidade – entre outras – do nosso sistema de



governo que resulta do Pacto MFA – Partidos e de inspiração do Direito Constitucional francês. Decorre da adoção de um texto constitucional fortemente ideologizado, com fortes influências do pensamento socialista que marcou muito a carga programática da nossa Lei Fundamental. Como muitas vezes já foi referido, a Constituição Portuguesa contém normas que são mais próprias de um programa de governo de partidos de “esquerda”. Ora, como é evidente, quando o Povo escolhe um Governo de centro-direita, é difícil para esse Governo levar a cabo esse programa.

De qualquer maneira, aqui a questão não é ser de “esquerda” ou de “direita”. Na situação atual, trata-se de executar um programa de assistência à economia portuguesa que foi assumido pelo Estado Português e pelos seus mais Altos Representantes. O problema não é só do Governo ou só do primeiro-ministro, mas de toda a República Por-

”  
É muito importante que a Assembleia da República exerça os poderes de revisão ordinária que tem desde esta Legislatura.

tuguesa. O acordo assinado com a troika tem várias normas inconstitucionais? Pois... Mas como se resolve então? Só contando com a infundável paciência dos nossos credores para se ultrapassar mais esta derrogação das normas negociadas por quem hoje está na Oposição.

**3.** A devida consideração do interesse nacional exige, como sem-

pre, que se faça o necessário para que tudo corra bem ao nosso País. Assim, esteja-se no Governo ou na Oposição, é fácil de entender que o objetivo da redução dos juros da dívida se torna ainda mais premente para ser bem sucedido o objetivo da saída da troika na data prevista em condições equilibradas para todos nós. Seremos dados como aptos para nos financiarmos nos mercados internacionais estando os juros demasiado altos, não é nada fácil.

Por isso mesmo, volto a perguntar: quanto custa tudo isto?

**4.** Cada vez é mais importante reformar o sistema político português. É muito importante convencermos os Portugueses de que “o mais normal”, em termos democráticos, é não haver fiscalização preventiva. Aliás, isso protege o próprio Tribunal Constitucional que assim ficará mais afastado das polémicas político-partidárias de cada conjuntura.

Espanha, Estados Unidos, Brasil, Bélgica, Holanda, Suécia, Alemanha, Dinamarca, Reino Unido, Noruega, são países que não têm o “nosso” sistema de fiscalização preventiva por um Tribunal Constitucional. Há especificidades, mas não têm as nossas dificuldades.

Por isso mesmo, e por muitas mais razões – como tenho vindo a sublinhar – é muito importante que a Assembleia da República exerça os poderes de revisão ordinária que tem desde esta Legislatura. Não acredito que alguma força política discorde do entendimento negativo da generalidade dos Portugueses sobre o nosso sistema político e os modos do seu funcionamento. Numa fase da nossa história em que tanto se fala de Reforma do Estado e em que tantas outras mudanças são introduzidas, não faz qualquer sentido que a magna reforma da nossa magna Lei fique, mais uma vez, adiada.

Quanto nos custam todos estes impasses e todos estes adiamentos?

Advogado  
Assina esta coluna semanalmente à quinta-feira  
Este artigo de opinião foi escrito em conformidade com o novo Acordo Ortográfico.